

SISTEMA SIGNWRITING COMO UMA POSSIBILIDADE NA ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS SURDAS

Maria Cristina Pires PEREIRA (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)
Cátia de Azevedo FRONZA (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

PEREIRA, Maria Cristina Pires; FRONZA, Cátia de Azevedo. *Sistema Signwriting como uma Possibilidade na Alfabetização de Pessoas Surdas*. In: (anais do VII) Encontro do Círculo Lingüístico do Sul (CELSUL). Pelotas : UCPEL e UFPEL. 2006.

ABSTRACT: This communication aims to present the possibility of a literacy directly in sign language through a graphical register that does not represent sounds, but parameters from Brazilian Sign Language (Libras). Since now, Signwriting has been the most known system to literate deaf people in their own sign language.

KEYWORDS: *sign language; deaf education; signwriting.*

0. Introdução da Escrita em Culturas Ágrafas: barreiras e preconceitos

Diante das dificuldades enfrentadas em alcançar resultados plenamente satisfatórios na alfabetização de crianças surdas, deveríamos pensar sobre como é o aprendizado da leitura e da escrita diretamente em uma segunda língua, sem antes passarmos pelo processo de alfabetização/letramento em nosso próprio idioma. As dificuldades aumentam consideravelmente quando existe a diferença de modalidades entre a L1 e a L2. Sendo a língua de sinais de modalidade espaço-visual e a língua portuguesa oral-auditiva, parece-nos que estas diferenças não têm sido suficientemente analisadas em estudos sobre a escrita das pessoas surdas.

A possibilidade de utilizar um sistema gráfico especialmente adaptado para servir como “escrita” direta da língua de sinais por pessoas surdas esbarra, principalmente, no preconceito social e cultural. Esse preconceito não é exclusivo das pessoas surdas, mas acompanha qualquer grupo lingüístico que possua menor prestígio diante da sociedade majoritária e, de modo especial, aqueles que não possuem linguagem escrita.

A escrita é tão importante para a maioria das culturas humanas, que marca o começo da História; foi uma verdadeira revolução em termos de armazenamento e acesso posterior a dados. A memória, a partir daí, já não seria a única encarregada de reter as informações: as idéias poderiam atravessar grandes distâncias e até mesmo o tempo sem sofrerem as modificações da língua oral. Os povos que não possuem escrita ficam em situação de desvantagem em relação às culturas letradas e alfabetizadas. Colocar o que pensamos e entendemos em um material perene e estático proporciona a chance de refletirmos sobre a própria linguagem e sobre os nossos pensamentos, permite que revisitemos formas antigas de expressão e possibilita reflexão sobre a forma como nos expressamos e sobre a adequação da nossa linguagem em expressar os nossos sentimentos. Existem evidências de que possuir uma forma como a escrita, diferente da fala transitória, tem efeito no processamento do pensamento. É necessário dizer, ainda, que todos os pontos positivos de se possuir um sistema escrito refletem-se em poder. As comunidades alfabetizadas e letradas têm vantagens consideráveis sobre os povos ágrafos na manutenção e perpetuação de sua cultura.

A UNESCO (2003), apoiando a educação em um mundo multilíngüe, estabeleceu como procedimentos norteadores: a instrução na primeira língua (língua materna), a educação bilíngüe/multilíngüe e a educação intercultural. Podemos estender este conceito à comunidade surda, pois desenvolver um sistema de escrita para uma língua ágrafa tem, prioritariamente, os propósitos educacionais de registrar e transmitir a herança cultural das pessoas surdas, ser veículo para a educação formal e meio facilitador da alfabetização e do letramento de adultos. Geralmente o uso formal de uma língua na educação depende de uma forma escrita que possa servir de registro do que é discutido presencialmente.

No Brasil, existe um grande receio de que, se as pessoas surdas tiverem acesso a um registro gráfico, uma “escrita” de língua de sinais, deixarão de utilizar a língua portuguesa. Esta apreensão é exteriorizada na Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002, que, embora reconheça a Língua Brasileira de Sinais - Libras ou LSB - como meio legal de comunicação e expressão, por outro lado, nesse mesmo texto, adverte que a modalidade escrita da língua portuguesa não poderá ser substituída.

No entanto, se temos aceitação e incentivo ao desenvolvimento de grafias para as línguas indígenas no país, por que não desenvolver e aplicar, como projeto alternativo, um sistema de escrita para uma língua considerada ágrafa, como a Libras?

Um forte argumento a favor da introdução do uso escrito das línguas indígenas é que limitar essas línguas a usos exclusivamente orais significa mantê-las em posições de

pouco prestígio e de baixa funcionalidade, diminuindo suas chances de sobrevivência em situações contemporâneas. Utilizá-las por escrito, por outro lado, significa que essas línguas estarão fazendo frente às invasões da língua portuguesa. Estarão, elas mesmas, invadindo um domínio da língua majoritária e conquistando um de seus mais importantes territórios. (MEC, 1998)

Os mesmos argumentos utilizados para apoiar o desenvolvimento e utilização de sistemas de escrita para os povos indígenas podem ser aplicados aos surdos. Infelizmente ainda impera a representação das pessoas surdas, falantes da Libras, como “deficientes” e não como pertencentes a uma comunidade lingüística. Para agravar ainda mais este quadro em que as pessoas surdas são vistas como atrasadas lingüisticamente (e em alguns casos até cognitivamente), as barreiras no aprendizado da escrita de uma segunda língua, sem ter passado pelo aprendizado escrito em uma primeira língua, se agravam cada vez mais, como é relatado por Stumpf (2005:29)¹, pesquisadora surda: “A grande maioria das pessoas surdas, após completar sua vida escolar, não sabe utilizar a língua escrita em toda a amplitude de suas possibilidades: como meio de comunicação, para a reflexão e enriquecimento do pensamento, como fonte de prazer”. A autora complementa, afirmando que esta situação se perpetua devido às “orientações pedagógicas profundamente equivocadas” às quais os surdos têm sido submetidos.

Nunes (2004) relata diversas situações de dificuldades recorrentes de pessoas surdas com a língua portuguesa escrita. Uma das barreiras mais salientes é, por exemplo, o emprego inadequado de preposições e conjunções. Nos textos de alguns surdos, “essas ‘palavras difíceis’ ficam estanques, ‘não grudam’, como fotogramas, sem movimento” (op. cit, 2004:101). Essas percepções parecem indicar que o aprendizado da escrita tem se dado de uma forma mecânica, sem a devida consideração pelos processos cognitivos subjacentes à mente de uma pessoa que tem como sua primeira língua uma língua gestual, com uma gramática visual que estabelece relações sintáticas no espaço e não na linearidade. A escrita tem sido ensinada como se as crianças surdas pensassem auditivamente, baseadas exclusivamente na língua portuguesa. É preciso levar em consideração as especificidades das crianças surdas, falantes da Libras, no seu processo de ensino e de aprendizagem do Português escrito e, antes de tudo, promover um sistema de escrita da Libras que vise alfabetizar/letrar estas pessoas em sua primeira língua, promovendo a valorização efetiva da língua de sinais diante da sociedade ouvinte. Este “empoderamento” da comunidade surda promoverá, conseqüentemente, melhores condições de escolarização, pois, “(...) se o aluno surdo for alfabetizado em LIBRAS e se tornar um leitor proficiente em sua língua, ele poderá transpor, para o processo de alfabetização em português, as estratégias procedimentais de leitura e escrita que já saberá utilizar em LIBRAS” (BARROS, 2005:07).

De acordo com Quadros (1999: 54), a “Alfabetização de crianças surdas, enquanto processo, (...) só faz sentido se acontece na LSB, a língua que deve ser usada na escola *para* a aquisição da língua, para aprender *através* dessa língua e para aprender *sobre* a língua [grifo nosso]”. Não podemos nos furtar à realidade da educação de surdos em nosso país, onde estamos “reproduzindo iletrados em sinais (op. cit:56)”.

Devemos reconhecer o valor das línguas de sinais por si mesmas, sem a necessidade de justificarmos a sua existência apenas como ferramenta para a aprendizagem da língua oral. Porém, segundo Capovilla e Capovilla (2004:35), devido à importância da escrita alfabética para a inclusão da pessoa surda e como fator de integração na cultura majoritária ouvinte de seu país, precisamos levar em conta a falha que não permite que um bilingüismo pleno se instale entre os surdos. Essa falha é pouco analisada e se constitui na descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética. Uma possível solução seria a “adoção experimental da escrita visual direta de sinais como uma ponte metalingüística para transpor o fosso entre a língua de sinais e a escrita alfabética” (op. cit:36). Alguns trabalhos esporádicos e projetos de curta duração têm surgido, no Brasil, mas ainda precisamos de um estudo longitudinal para acompanhar as conseqüências de uma mudança tão profunda em nossa concepção sobre a surdez, saindo de um paradigma de deficiência para outro em que as pessoas surdas sejam respeitadas e valorizadas em seus direitos lingüísticos.

1. O desenvolvimento de uma escrita para uma língua ágrafa

Não é suficiente desenvolver um sistema de escrita. Este é apenas o primeiro passo. Impor uma escrita a uma comunidade, além de um ato imperialista e hegemônico, não faz sentido. O anseio pela utilização da tecnologia da escrita deve partir da necessidade social, senão corre o risco de não ser um processo condenado ao fracasso. Mesmo assim, as reações das comunidades ágrafas nem sempre são favoráveis: o medo do que é novo e do que não se domina ainda prepondera nos primeiros instantes, surgindo comentários como:

- “Minha língua não pode ser escrita”: nunca tendo sido escrita, as pessoas ficam com a impressão de inferioridade e impossibilidade de um sistema que registre a sua língua.

¹ Agradecemos, especialmente, à Marianne Rossi Stumpf, pelo envio de sua tese para subsidiar o embasamento teórico deste artigo.

- “Eu não preciso aprender a ler outra língua, eu já sei ler”: as pessoas reagem assim quando se acostumaram a ter acesso à leitura por meio de uma segunda língua. Então aprender a leitura e a escrita em sua própria língua lhes parece um esforço extra, um trabalho a mais.

- “A escrita é muito complicada”: existe uma expectativa de que o novo sistema de escrita seja o mesmo da língua escrita nacional e/ou oficial e, quando essa expectativa não pode ser preenchida, a reação é querer um sistema em que já se saiba como interagir.

- “Ninguém vai aprender minha língua escrita”: esta é uma reação extremamente negativa que carrega em si o estigma das comunidades desvalorizadas lingüística e culturalmente por muito tempo de dominação hegemônica de outra(s) língua(s).

- “Não é a minha variedade de língua que está escrita”: em muitos casos, de um processo apressado de sistematização de escrita, a variedade registrada graficamente é a padrão de maior prestígio que nem sempre é a da maioria. A escolha de qual variedade registrar é um processo delicado que deve ser alvo de muito cuidado, estudos e consulta às comunidades diretamente atingidas por essa mudança (UNESCO, 2003).

É interessante notar que as reações citadas anteriormente foram retiradas de povos ouvintes com línguas ágrafas, mas que muitas pessoas surdas têm as mesmas reações quanto ao estabelecimento de um sistema de escrita para as línguas de sinais.

Dominar a escrita, porém, não é o fator que, obrigatoriamente, vai modificar a forma de comunicação, expressão e pensamento de uma comunidade. Segundo Ladeira (2005), a escrita tem que ser significativa para uma cultura que não teve acesso a este recurso anteriormente, independente de uma ação alfabetizadora. Apresentar um sistema de escrita como algo puramente instrumental, como uma mera ferramenta, vai perpetuar o lugar que a escrita em uma segunda língua pode ter ou continua tendo. Sem uma atribuição de valor e significado, incorporando esta escrita na cultura como uma forma de agir no mundo, não há motivação interna que estimule o aprendizado de sua primeira língua escrita: estas comunidades se perpetuam, então, como “culturas ágrafas”.

Para o estabelecimento de um sistema de escrita, os fatores principais a serem considerados devem ser: testar a ortografia, desenvolver uma literatura escrita e promover um ambiente de letramento (UNESCO, 2003).

Uma análise lingüística e respeito aos fatores sócio-culturais não garantem a aceitação e o sucesso em uma nova escrita. Nem sempre o sistema considerado o mais simples é o mais apropriado, e pesquisas devem ser feitas quanto a sua aplicabilidade e viabilidade. Neste ponto verificamos a carência de pesquisas empíricas com alfabetização/letramento em um espectro amplo da comunidade surda (homens, mulheres, crianças, adolescentes, adultos, já alfabetizados em segunda língua, ainda não alfabetizados e em outros contextos). O incentivo à produção e publicação de uma literatura voltada para as pessoas surdas, em uma forma de escrita que se adapte à língua de sinais e possa servir de subsídio para a alfabetização/letramento de crianças surdas torna-se um fator preponderante, sem o qual as possibilidades de estabelecimento de qualquer sistema de escrita ficam seriamente comprometidas. Além disto, a leitura e a escrita devem estar imersas na vida diária; servindo para diversos propósitos, não só utilitários, mas que também provoquem o prazer de escrever e de ler individualmente e colaborem na coesão social.

Diante dos argumentos apresentados anteriormente, uma visão menos preconceituosa e mais acadêmica deve ser adotada quanto à viabilidade ou não de desenvolver uma escrita para as pessoas surdas. Para tanto, salientamos que um investimento maior em pesquisas e em estratégias de implementação da escrita deveria ser cuidadosamente planejado.

2. Sistemas de Notação de Sinais mais Conhecidos

Há muito tempo escrever uma língua sinalizada tem sido um desafio, mas a tarefa só foi levada a sério com as primeiras pesquisas lingüísticas que deram à *American Sign Language* (ASL) o mesmo status atribuído às línguas orais.

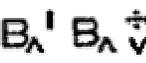
O lingüista William Stokoe, que publicou o trabalho pioneiro no reconhecimento das línguas de sinais como sistemas lingüísticos legítimos, *Sign Language Structure* (1960), foi também o primeiro a elaborar um sistema de notação, o *Stokoe Notation*, que pudesse registrar as línguas de sinais para fins de pesquisa. Seu sistema, no entanto, não tem por finalidade ser amplamente utilizado por leigos, mas somente para a notação lingüística em trabalhos científicos. Esta notação não lembra em nada um sistema visual direto, mas é baseada no alfabeto latino, no qual letras padrão e modificadas são atribuídas às configurações de mão, e alguns símbolos extras representam onde os sinais são articulados no corpo e o tipo de contato ou movimento que é feito. É basicamente linear, assim como a escrita alfabética.

O *Hamburg Notation System*, HamNoSys, foi inspirado no sistema de notação de Stokoe e, embora mais desenvolvido e utilizado até hoje, principalmente na Alemanha, ainda apresenta restrições quanto às indicações das expressões não manuais, principalmente expressões faciais. Existe uma evolução na

representação dos símbolos que caracterizam as configurações de mão, pois podem ser vislumbrados códigos mais aproximados da representação visual da forma da mão, apesar de ser ainda linear.

O sistema *Signwriting* foi idealizado por Valerie Sutton, uma bailarina dos Estados Unidos, que, a princípio, desenvolveu um sistema baseado na visualização para notação de movimentos da coreografia de danças. Sabendo disto, pesquisadores da Dinamarca requisitaram à Sutton que adaptasse seu sistema de registrar movimentos da dança, o *Dancewriting*, aos movimentos da língua de sinais dinamarquesa. A adaptação foi feita isolando a parte superior do corpo, do tronco para cima, onde são articulados a maioria dos sinais, ao contrário da dança, que também utiliza os membros inferiores. Por meio de símbolos que representam, de uma forma mais direta e icônica, as configurações de mão e de uma convencionalidade sobre os códigos que representam os contatos e os movimentos, podemos ter uma concepção mais visual da sinalização, inclusive com o registro de elementos espaciais simultâneos e de expressões não manuais. A partir daí, a notação foi refinada para representar os finos movimentos das mãos e dos dedos, chegando-se a uma primeira versão do sistema *Signwriting*. Quando Sutton voltou para os Estados Unidos, tomou contato com a comunidade surda e, desta parceria, surgiu o *Deaf Action Committee* (DAC) que vem, até hoje, refinando a notação do *Signwriting*. Sutton chega a afirmar que as línguas de sinais já possuem escrita. Segundo o portal mantido pelo DAC (www.signwriting.org), mais de vinte países já utilizam o *Signwriting* em pesquisas e em alfabetização/letramento de pessoas surdas e sua literatura, seja em papel ou em meio eletrônico, vem se expandido a cada dia.

A seguinte tabela mostra, de forma comparativa, um exemplo com as principais diferenças entre os sistemas de notação de língua de sinais apresentados anteriormente.

Sistemas de notação/escrita	Stokoe Notation	HamNoSys	<i>Signwriting</i>
Sinal /HOME/ (casa, lar) em American Sign Language (ASL)			
Características	Linear. Utiliza elementos do alfabeto latino.	Baseada no Stokoe Notation, mas já com símbolos de configuração de mão mais visuais. Conserva estrutura linear. Existem grandes obstáculos à representação de expressões não-manuais	Não linear. Não utiliza símbolos do alfabeto latino. Possui elementos próprios para representar todos os parâmetros das línguas de sinais (configuração de mão, movimento, ponto de articulação, orientação de mão e expressões não-manuais)

O maior problema na adoção de um sistema, mesmo que experimental, de escrita para as pessoas surdas parece ser uma certa precaução, por parte dos ouvintes, principalmente no meio escolar, e pelos surdos mais velhos acostumados a dar à língua portuguesa o prestígio absoluto e a considerar a sua própria língua como mímica. Sabemos que um sistema escrito sem aceitação social não se mantém, mas o maior argumento até agora para a implantação do *Signwriting* em maior escala vem de sua aplicabilidade não só para a notação lingüística científica, mas também de sua praticidade para a escrita de sinais de uma forma visual mais direta, de sua difusão mundial e do interesse em pesquisas que vem despertado nos últimos anos.

Até o momento, o *Signwriting* parece ser o sistema mais adequado ao estabelecimento de uma escrita de língua de sinais. Acreditamos que devem ser implementados estudos futuros para apontar outros caminhos ou outros sistemas (assim como os vários sistemas de escrita - alfabético, silábico, ideográfico), ou, até mesmo, para tornar o *Signwriting* mais funcional, mais leve e mais rápido no registro.

3. Perspectivas Futuras

No Brasil, e em vários países, começa a surgir uma literatura em *Signwriting*. Entendemos isso como um sinal de que este sistema vem tendo aceitação cada vez maior e é tido como merecedor de um investimento em sua propagação. Este dado é extremamente positivo, pois uma das críticas feitas até bem pouco tempo era a escassez de obras literárias em escrita de língua de sinais.

Entre as publicações já existentes, apresentamos alguns exemplos que têm no todo ou em parte, o sistema *Signwriting* em sua composição²:



Figura 1 - *Uma Menina Chamada Kauana* (STROBEL, 1995)

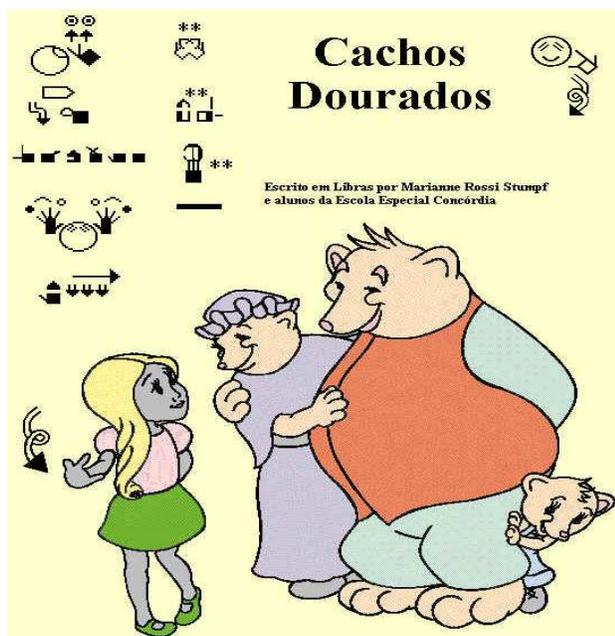


Figura 2 - *Cachos Dourados* (STUMPF, 2003)

² Fonte das gravuras: site do Projeto SignNet, <<http://sign-net.ucpel.tche.br>> e Centro Educacional Cultura Surda, <<http://www.culturasurda.com.br>>.

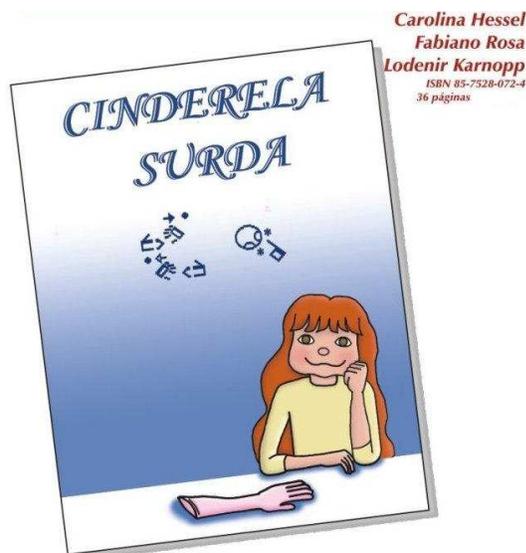


Figura 3 - *Cinderela Surda* (HESSEL; ROSA & KARNOPP, 2003)

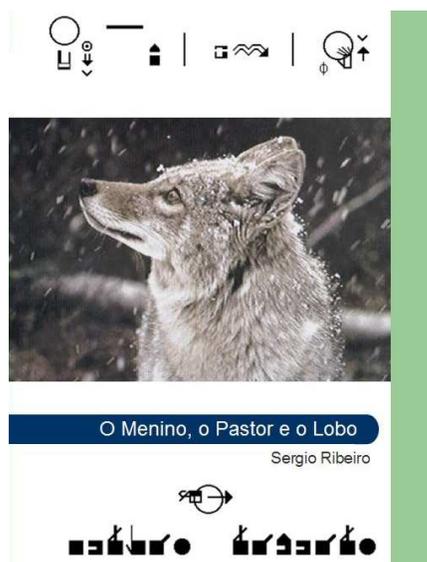


Figura 4 - *O Menino, o Pastor e o Lobo* (RIBEIRO, 2006).

Pelo que foi visto até agora, o sistema *Signwriting* de registro de língua de sinais parece ser consideravelmente adequado para ser eleito como uma possibilidade de *escrita* para as pessoas surdas falantes da Libras. Ainda assim, alguns caminhos terão que ser trilhados para o desenvolvimento e a implantação de um sistema de escrita de língua de sinais. A principal lacuna reside na realização de pesquisas sobre:

- os efeitos, de média e longa duração, de uma alfabetização/letramento em escrita de língua de sinais;
- a psicogênese da língua de sinais *escrita*;
- a relação de proficiência na leitura e escrita de surdos na língua portuguesa e sua relação com o aprendizado de leitura e escrita em Libras.

Esperamos que este chamamento à pesquisa encontre eco no meio acadêmico no qual ainda existem setores, na área da surdez, com brechas consideráveis e inúmeras possibilidades de investigações.

RESUMO: Esta comunicação apresenta a possibilidade de uma alfabetização em língua de sinais por meio de um registro gráfico que não representa sons, mas sim parâmetros da Língua de Sinais Brasileira (Libras). Dos sistemas de notação de sinais mais conhecidos, o *Signwriting* é o mais utilizado para alfabetização/letramento de pessoas surdas.

PALAVRAS-CHAVE: língua de sinais brasileira; educação de surdos; *signwriting*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Mariângela Estelita. *Aquisição de Linguagem pelos Surdos: QuiroSig, a Libras por escrito*. Florianópolis: UFSC. Projeto (Doutorado), Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- BRASIL. MEC. *Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena* - RCNEI. 1998.
- CAPOVILLA, Fernando C.; CAPOVILLA, Alessandra G. S. *O desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética na educação bilíngüe do surdo congênito (19-51)*. In RODRIGUES, Cássio et al. *Linguagem e Cérebro Humano: contribuições multidisciplinares*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CAVALCANTI, Marilda C. *Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias lingüísticas no Brasil*. DELTA., São Paulo, v. 15, n. spe, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 Nov. 2006.
- HEssel, Carolina; ROSA, Fabiano; KARNOPP, Lodenir. *Cinderela Surda*. Canoas: Ed. ULBRA, 2003.
- LADEIRA, Maria Elisa. *De 'Povos Ágrafos' a 'Cidadãos Analfabetos': as concepções teóricas subjacentes às propostas educacionais*. IV Reunião de Antropologia do MERCOSUL (RAM), 2005.
- NUNES, Lúcia Maria. *A Escrita em Gesto: um caso de surdez*. Campinas: UNICAMP, 2004. Tese (Doutorado), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- QUADROS, Ronice Müller de. Alfabetização e o ensino da língua de sinais. *Textura - Revista de Educação, Ciências Humanas e Letras*, n. 03. Canoas: ULBRA, 1999. p.53-61.
- RIBEIRO, Sérgio. *O Menino, o Pastor e o Lobo*. Taboão da Serra: Casa da Cultura Surda, 2006.
- SIGNWRITING. *Writing Signed Languages*. Disponível em: <<http://www.signwriting.org>>. Acesso em: 10 Nov. 2006.
- STROBEL, Karin Lílian Strobel. *Uma Menina Chamada Kauana*. Tradução: STUMPF, Marianne R.; COSTA, Antônio Carlos da Rocha. Rio de Janeiro: Feneis, 1997.
- STUMPF, Marianne Rossi. *Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo sistema SignWriting: Línguas de Sinais no papel e no computador*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (doutorado), Centro de Estudos Interdisciplinares em Novas Tecnologias na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- UNESCO. ROBINSON, Clinton; GADELII, Karl. *Writing Unwritten Languages*. Disponível em: <http://portal.unesco.org/education/en/ev.php-URL_ID=28300&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 10 Nov. 2006.
- STUMPF, Marianne Rossi. *Cachos Dourados*. Manuscrito. Porto Alegre: Especial Concórdia.2003.